

**TRABALHO E VÍCIOS LÍCITOS NOS SÉCULOS XVIII E XIX:
UM ESTUDO FILOLÓGICO**

Angelita Heidmann Campos (UFMT)

angeliahsi26@hotmail.com

Elias Alves de Andrade (UFMT)

elias@ufmt.br

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo filológico de trechos de dois documentos: O primeiro, a sexagésima quinta instrução de um manuscrito datado de 24 de dezembro de 1772, no qual Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres instruiu seu antecessor Luiz Pinto de Souza Coutinho, visconde de Balsemão, expondo 127 itens que considerava essenciais à boa administração da capitania de Mato Grosso e, o segundo, um comunicado impresso do jornal ‘O Liberal’, veiculado em 21 de dezembro de 1871, relatando a fuga de uma escrava.

Palavras-chave: Filologia. Edições. Função transcendente.

1. Introdução

O presente artigo está vinculado aos projetos de pesquisa: “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII”, MeEL/ IL/ UFMT.

Os objetivos deste trabalho são os de analisar, filologicamente, recortes de dois documentos antigos – apresentados conforme os critérios das edições fac-similar e semidiplomática – um manuscrito do século XVIII e um impresso do século XIX, ambos produzidos em Mato Grosso, além da análise de aspectos paleográficos e sócio-histórico-culturais.

2. Filologia

Para Dubois (2004, p. 278), a filologia é uma ciência histórica que objetiva conhecer as sociedades antigas por meio de documentos escritos e estabelecer o texto por meio de critérios externos e internos.

Vasconcelos (1926, p. 9) *apud* Camara Jr. (1986, p. 117) afirma que o termo filologia, no sentido mais generalizado, pode representar o estudo da língua em toda a sua totalidade através de pesquisas em todos os tipos de documentos; e em um sentido mais restrito, que designa um

estudo linguístico, especialmente diacrônico, focado na pesquisa atenta e minuciosa textos escritos em vez de pesquisa na língua oral.

Na mesma direção, Santiago-Almeida (2009, p. 224) assegura que:

No sentido mais amplo (*lato sensu*), dedica-se ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não literário [manuscrito e impresso].

No sentido mais restrito ou estreito (*stricto sensu*), concentra-se no texto escrito, primordialmente literário [antigo e moderno, manuscrito e impresso], para estabelecê-lo, fixá-lo ou restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

Quanto a essa ciência, Spina (1977, p. 75) explica que os objetivos da filologia variaram de acordo com a época, lugares e autores que a praticaram, mas sempre teve seu campo bem determinado já que filologia não existe sem o texto, acrescentando que:

A filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para as disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto. Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da filologia...

3. Edições fac-similar e semidiplomática

Spina (1977, p. 77-78) e Cambraia (2005, p. 91- 92) afirmam que a edição *fac-similar* é aquela realizada através de um meio mecânico como a fotografia, xerox, escâner etc. – também chamada de fac-símile, fac-similada ou mecânica, apresentando um grau zero de intervenção do editor no texto, já que reproduz com muita fidelidade as características do original. A vantagem deste tipo de edição é o acesso quase direto ao texto, embora exija do leitor uma maior capacidade de leitura quanto à escrita original.

Quanto ao segundo tipo de edição, que Cambraia (2005, p. 95-96) denomina de paleográfica, e Spina (1977, p. 78-79) de diplomático-interpretativa, existe um grau baixo de intervenção do editor no texto, que se resume praticamente ao desdobramento das abreviaturas, mantendo-se todos os demais aspectos do testemunho como nos originais.

3.1. Critérios de transcrição

Para a edição semidiplomática dos documentos, serão utilizados os critérios estabelecidos no II Seminário para a História do Português, realizado em Campos do Jordão no período de 10 a 16 de maio de 1998:

a) As fronteiras das palavras, a pontuação, a acentuação e o emprego das maiúsculas e minúsculas serão mantidos, bem como não se introduzirá sinal onde não existe.

b) Os caracteres de leitura duvidosa são transcritos entre parênteses ().

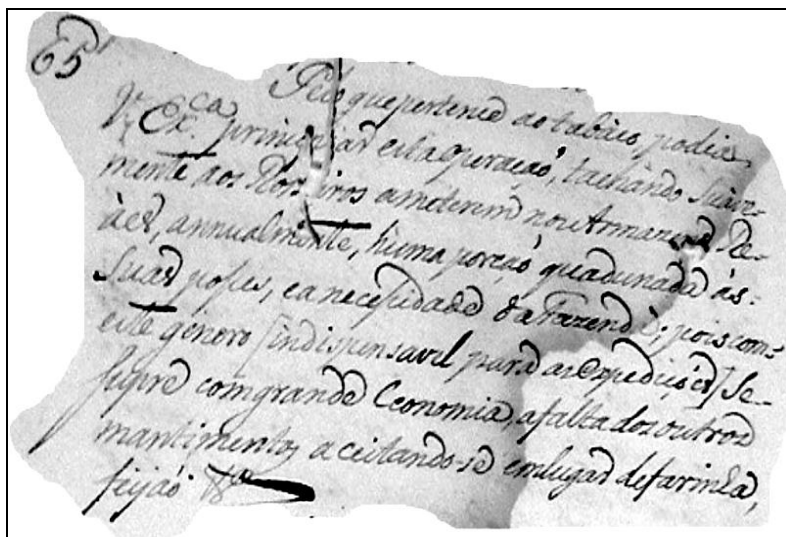
c) As linhas são numeradas, na margem esquerda, continuamente de cinco em cinco.

d) O ‘s’ caudado [ʃ] será transcrito como ‘s’.

e) As abreviaturas serão desdobradas, marcando-se com *itálico* as letras nelas omitidas.

3.2. Edições dos documentos analisados

Recorte 1 (R1)



65 Pelo que pertence ao tabaco, podia,

Vossa Excellencia principiar esta operação, tachando Suavemente aos Ro(ss)eiros ameterem nos Armazens Reaes, annualmente, huma porção quadunada às Suas posses, ea necessidade da Fazenda; pois com este genero [indispensavel para asexpedições] Se-Supre com grande economia, afalta dos outros mantimentos, aceitando-se em lugar de farinha, feijão etc.

Recorte 2 (R2)



ATENÇÃO

Acha-se fugida uma escrava de João Anastacio Monteiro, de nome Eva, cabra, de 40 annos mais ou menos, alta, com falta de dentes, tem vicio de tomar aguardente: quem a pegar e entregar na rua *primeiro* de Março *numero* 1. será gratificado, assim como protesta-se contra quem a acoutar.

4. A paleografia

A paleografia definida como o “estudo das escritas antigas”, por Cambraia (2005, p. 23) constituiu-se como uma ciência a partir da comprovação da existência de muitos documentos falsos na Idade Média, surgidos após a Guerra dos Trinta Anos, entre protestantes e católicos, de acordo com Dias e Bivar (1986, p. 14).

Entretanto, somente no início do século XVIII é que a prática de se estudar escritas antigas recebeu o nome de paleografia, do grego *palaios*, antigo, e *graphien*, escrita, com o lançamento do livro *Palaeographia Graeca Sive de Ortu et Processu Litterarum Graecarum*, em 1708, em Paris, do monge beneditino Bernard de Montfaucon.

No Brasil, a paleografia começou a ser estudada a partir de 1850, após o aparecimento dos Institutos Históricos e Geográficos. Porém, somente no século XX, a disciplina ganhou mais destaque, desenvolvendo-se no Arquivo Municipal de São Paulo, desde 1917, e no Arquivo do Estado de São Paulo, desde 1921, bem como tornando-se disciplina do curso de História em 1952, conforme apontam Dias e Bivar (1986, p. 15).

Para Spina (1977, p. 18), cabe à paleografia estudar as escritas antigas e as mudanças dos tipos de caligrafia nos materiais perecíveis como papiro, pergaminho, papel e cerâmica.

Cambraia (2005, p. 23) afirma também:

Modernamente, apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

É uma disciplina de suma importância para a edótica, crítica textual, ou filologia, pois para se determinar a originalidade de um texto, antes é necessário decodificar a escrita em que seus testemunhos estão lavrados. (CAMBRAIA, 2005, p. 24)

Acioli (1994, p. 6) a define como:

[...] a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e lugar em que foi redigido o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à história, à filologia, ao direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Muitos outros autores acrescentam ainda que cabe à paleografia o ensino de leitura correta de todos os tipos de documentos manuscritos ou impressos, abordando a origem e a evolução da escrita e a decifração de manuscritos, considerando as variações ocorridas na escrita ao longo do tempo. Neste viés, abordaremos apenas as diferenças de ortografia encontradas nos dois recortes.

4.1. Ocorrências ortográficas

De acordo com Coutinho (1976, p. 71-80), *apud* Andrade (2007, p. 154), a ortografia portuguesa foi marcada por três períodos:

- fonético (até o século XVI), caracterizado pela aproximação da escrita à fala.
- pseudoetimológico (século XVI até 1904), distinguido pelo retorno à origem do vocábulo em latim e restabelecimento de letras em desuso.
- simplificado (após 1904), assinalado pela busca da uniformidade da escrita e pela simplificação da ortografia.

Já Gonçalves (2003, p. 40) afirma que existiram quatro períodos: etimológico, misto, filosófico e simplificado.

4.2. Ocorrências ortográficas encontradas nos excertos

Observando os dois recortes, foram encontradas as seguintes peculiaridades quanto à grafia dos vocábulos:

a) Presença de consoantes geminadas;

anualmente (R1, linha 4), Attenção (R2, linha 1), annos (R2, linha 4)

b) Proparoxítonas sem acento gráfico;

genero (R1, linha, linha 6)

c) Paroxítonas terminadas em ditongo sem acento gráfico;

Anastacio (R2, linhas 2/3), vicio (R2, linha 5);

d) Uso de abreviaturas;

V. Ex^{ca}. (R1, linha 2), n. (R2, linha 7)

5. As funções da filologia

A filologia, segundo Spina (1977, p.77), possui três funções:

1ª) *Função substantiva*: concentra-se no texto para explicá-lo, restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para a publicação; 2ª) *Função*

adjetiva, em que ela deduz do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização); 3ª) *Função transcendente*, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. A individualidade ou a presença do texto praticamente desaparece, pois o leitor, abstraído do texto, apenas se compraz no estudo que dele resultou. É importante observar, na função substantiva do labor filológico, o seu caráter erudito; na função adjetiva, etapas de investigação literária; e na função transcendente, a vocação ensaística do filólogo, em busca da história da cultura.

Neste artigo, optou-se por tratar da função transcendente da filologia.

5.1. Situando historicamente os excertos

Os textos selecionados compreendem dois períodos importantes para a história mato-grossense: A colônia (1500- 1822) e o Império (1822- 1889). O manuscrito (R1) é parte das produções que marcam a transição de governo, no qual Luiz Pinto de Souza Coutinho, visconde de Balsemão, militar que governou a capitania de Mato Grosso por 3 anos, 11 meses e 10 dias, entre janeiro de 1769 e dezembro de 1772, passou seu posto a Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, militar que governou a capitania entre dezembro de 1772 a novembro de 1789, somando um período de 11 anos, 11 meses e 7 dias.

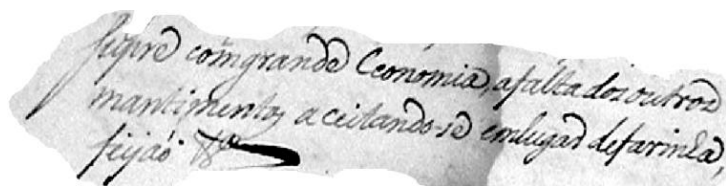
O impresso (R2) é datado de uma época em que os moradores reivindicavam sua liberdade em relação à Corte portuguesa e eram vítimas de uma peste “terrível”, a varíola, conhecida popularmente como “bexiga”, trazida para Cuiabá pelos soldados que lutaram na guerra contra o Paraguai.

De acordo com Siqueira (2002, p. 98-99), este mal dizimou famílias inteiras em casas fechadas com os corpos dentro, tendo morrido 2.775 pessoas, dos quais, somente em 1871, foram 152 óbitos. Há relatos de que os corpos postos nas ruas, esperando o sepultamento, viravam alimento de cães e corvos e que a cidade cheirava a cadáveres em decomposição, já que não havia cemitérios suficientes para tantos mortos tendo, por isso, sido criado o Cemitério Nossa Senhora do Carmo, chamado popularmente de Cai-cai.

O ano da publicação do jornal, 1871, é também um período de

muitos acontecimentos em Mato Grosso, como a criação da escola particular de matemática do professor Zeferino Pimentel Moreira Freire; as diligências para destruir quilombolas, financiadas por Antônio Bruno Borges, e aprovação da lei abolicionista do ventre livre, dentre outros. Neste período, província de Mato Grosso teve três presidentes: Francisco Antônio Raposo, advogado, Antônio de Cerqueira Caldas, pecuarista, e Francisco José Cardoso Junior, militar, que ficara espantado com a falta de iluminação nas cidades.

A partir de R1, pode-se falar em garimpeiros da capitania de Mato Grosso que, em busca de índios e depois do ouro, passavam fome e estavam sujeitos a diversas mazelas como as doenças, perigo da selva e das águas, ataque dos índios, ou até mesmo ataque dos brancos aos índios. Assim como da dependência que tinham do tabaco, pois conforme o texto cita, ele servia como compensação a falta de alimentos:



«Supre com grande economia, a falta dos outros mantimentos, aceitando-se em lugar de farinha, feijão etc. »

Além disso, foi a fase de transição dos governos Luiz Pinto de Souza Coutinho- (1735-1804), 1.º visconde de Balsemão, político, matemático, formado pela Universidade de Coimbra, que iniciara sua carreira política em 1769, como governador e capitão-general de Cuiabá e Mato Grosso, cargo que ocupou até 1772, tendo-se tornado posteriormente ministro plenipotenciário de Portugal em Londres (1774–1778) e Primeiro-ministro durante o reinado de D. Maria I, (1788- 1801), de agosto a dezembro de 1803- e de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, português, militar, fundador da Vila Maria, atual cidade de Cáceres, do Viseu, do Forte de Coimbra e do Forte Real Príncipe da Beira, responsável pelo desenvolvimento de muitas ações militares e científicas em Mato Grosso.

Já R2, teve com cenário a escravidão, através da qual se subjugou uma parcela significativa da sociedade de Mato Grosso, transformada em

mercadoria que podia ser vendida ou morta conforme a vontade de seus proprietários, que sofreu como os homens livres pobres e índios diante da miséria mineira. Mas até 13 de maio de 1888, a escravidão era legalizada e estes negros só tinham como proteção as leis de 1850, que coibia o tráfico de escravos africanos, de 1871, do ventre-livre, que declarava livres os filhos dos escravos nascidos a partir de 28 de setembro daquele ano.

Sabe-se pouco sobre Eva, mencionada em R2. Apenas que era escrava e que devia ser maltratada por seus donos, conforme mostra Siqueira (2002, p. 122):

O tratamento dado ao escravo – considerado uma mercadoria – era revestido de extrema violência, sendo, por qualquer motivo, espancado e, em caso de reincidência, era amarrado em tronco e açoitado, muitas vezes até a morte. Foi devido a esses maltratos e ao desrespeito como eram tratados que surgiram reações, marcadas por assassinatos de feitores, de trabalhadores livres brancos e até mesmo de senhores. Outras vezes, devido aos intensos castigos corporais e morais, eles fugiam para localidades distantes, onde se encontravam com seus irmãos de sina: eram os quilombos. Neles se refugiava uma população variada – negra, índia e branca pobre – que, fugindo à opressão sofrida, optavam por viver livremente.

São muitas as perguntas a respeito de Eva. Fugiu para o quilombo Piolho, ou Quariterê, ou para o Cansação? Foi capturada? Teve alguma complicação por causa de seu vício? Conseguiu a liberdade decretada em 1888? Sobreviveu por muitos anos? Afinal, Eva era escrava de oito, de ganho, doméstica, cozinheira, mucama, pajem? Difícil saber! Era escrava. E os escravos apareciam em jornal apenas quando fugiam.

João Anastácio Monteiro, dono da negra desdentada em questão, era pai do conhecidíssimo historiador mato-grossense Estevão de Mendonça. Entretanto, quando este tinha onze meses de idade foi entregue aos tios Nuno Anastácio de Mendonça e Maria da Conceição Monteiro de Mendonça, casal sem filhos, para que o criasse.

Por fim, dentre outros aspectos sociais sugeridos por R2, está o vício da bebida, do qual sofria a escrava Eva. Até a Bíblia descreveu e orientou quanto aos casos de embriaguez feminina no antigo testamento. Haja vista, que na época, a bebida era feita a partir da fermentação das frutas. Pode-se viajar mais um pouco, nas mitologias grega e romana, Baco ou Dionísio, fora retratado como o Deus do vinho, da ebriedade, dos excessos.

O segundo excerto aborda o alcoolismo feminino, mas para falar em alcoolismo deve-se antes remeter à história da aguardente.

De *ácqua ardens* para *Eau de Vie*, da Europa para o oriente, ganhando um nome específico em todo o mundo, de acordo com a matéria-prima (Grappa, Kirsch, Whisky, SaKê, Vodka e Bagaceira).

Os portugueses, para se apossarem das terras do lado oeste do tratado de Tordesilhas, trouxeram para cá a cana-de-açúcar.

Há duas histórias sobre o surgimento da aguardente. A primeira, que os apreciadores de Bagaceira e vinho do porto, produzidos a partir do bagaço da uva, sentindo falta de suas bebidas prediletas e não havendo uva, improvisaram e criaram a “borra” ou “melaço”, que servia como aperitivo ou amaciante da carne do porco do mato.

Outra, que um escravo trabalhador do engenho, provaria a espuma do caldo fermentado que estava na moenda, denominando-a de Cagaça, agora Cachaça. Esta se tornou moeda corrente de compra de escravos na África, dividindo a produção dos engenhos entre: açúcar e cachaça. Incomodada com a queda nas vendas de suas bebidas, a Corte proibiu a produção, comercialização e consumo desta bebida, alegando que a mesma prejudicava o desempenho do trabalho dos mineiros que buscavam o ouro.

Como não conseguiu coibir o uso, decretou em 1756, a cobrança de impostos sobre o destilado, chamado de “subsídio literário”, qual servira para reconstruir Portugal após o terremoto de 1755 e manter as Universidades de Lisboa e Coimbra.

Era consumida por idealistas e simpatizantes da Inconfidência Mineira, no século XVIII, tornando-se símbolo da resistência contra a dominação dos portugueses. Cada brinde representava mais amor pela pátria e um protesto aos colonizadores. Na Europa, era servida tanto em festas formais como em festas populares, misturadas ao gengibre, denominada quentão.

Após a queda de Dom Pedro II, perdeu seu espaço nas mesas requintadas e simples dos lusitanos e brasileiros, passando a ser malvista, assim como todos os produtos brasileiros.

Posteriormente, seu valor foi resgatado na Semana da Arte Moderna, e hoje, é conhecida no mundo inteiro como uma bebida genuinamente brasileira, patenteada por decreto presidencial, mesmo que a França, Estados Unidos, Canadá, Itália, Alemanha, Argentina e Alemanha tenham registrado este nome, travando com o Brasil uma luta imensa para poder usar o termo cachaça sem pagar royalties a nenhum

deles.

Ainda há que se comentar acerca do alcoolismo feminino, que de acordo com Campos (2010, p. 542), atualmente, “a questão do uso considerado abusivo de álcool entre mulheres ainda representa um tema de difícil abordagem, tendo em vista o estigma e os preconceitos que o cercam.”

Se em mundo moderno, no qual existe tanta liberdade, ocorre a presença de diversas barreiras, imagine como não eram vistas as alcoólatras nos séculos passados. Eva, só teve esta particularidade evidenciada porque era escrava e tinha fugido, mas se fosse outra mulher, possivelmente este hábito não seria noticiado.

Infelizmente a presença de uma mulher alcoólatra é comum. E mesmo diante de tantas transformações, a dependência ou o consumo alcoólico feminino é visto como algo inaceitável e recriminado pela sociedade, já que a mulher deixa de desempenhar suas funções como dona-de-casa, mãe e profissional, comprometendo seu desempenho no âmbito familiar.

As dependentes do álcool além de perderam suas atividades profissionais, vida social, ascensão e melhor qualidade de vida, enfrentam outros problemas de ordem física, pois são, precocemente, mais predispostas do que os homens, a: miocardiopatia; miopatia; lesão cerebral; câncer de mama; osteoporose; distúrbios psiquiátricos; hepatite alcoólica (quase sempre progride para cirrose); inibição da ovulação; diminuição da fertilidade e vários problemas ginecológicos e obstétricos.

Existem dois fatores que justificam estas ocorrências: Menor nível sérico da enzima álcool-desidrogenase, envolvida na metabolização do álcool, que leva as mulheres a absorverem 30% a mais do álcool consumido e maior proporção de tecido gorduroso no corpo feminino.

6. Quase voltando

Percebeu-se que há séculos, independente de gênero, etnia ou classe social, já existia o consumo de produtos que causam malefícios à saúde. E o pior é que quem convive com o dependente também é contaminado. Talvez porque veja a situação com naturalidade, como uma fuga para um problema social, ou até porque não tenha muito que se fazer. Abandona-se ou acompanha, assistindo à degradação do ser, tornando-se

vítima ou coparticipante do vício. Ou seria um adviciado? Infelizmente, a mulher é que mais se degenera com estes hábitos.

Sabendo que o cigarro e o álcool são drogas lícitas e fazem tanto mal à saúde, listadas como mais perigosas do que a maconha que aparece em 11º lugar, de acordo com a revista médica “Lancet”, por que foram e são tão consumidos?

Baseando-se na pesquisa da citada revista, o ex-presidente Fernando Henrique, afirmou no Fantástico, em 29/05/ 2011: “Álcool é mais letal do que maconha. Não se diz isso, mas é. Pelo menos os dados mostram isso. Então, temos que discutir e diferenciar, regular o que pode e o que não pode”.

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se encerrar, através da história, com a constatação de que as duas drogas abordadas no texto são descobertas na América e filhas daqui...

E ainda tem a discussão sobre a legalização da maconha (pelo menos desta não teremos que assumir a paternidade. Ou sim?... mas essa abordagem será deixada para os filólogos e outros estudiosos dos séculos seguintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ, Massangana; UFPE, Universitária, 1994.

ANDRADE, Elias Alves de. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX: edições fac-similar e semidiplomática*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, FFLCH/ USP, n. 10/11, p. 149-172, 2010.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear de Antonio Geraldo da Cunha, Cesar Nardelli Cambraia e Heitor Megale. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001

CAMPOS, E. A.; REIS, J. G. Representations on the use of alcohol among women undergoing treatment at a reference center in the city of São Paulo, Brazil. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v. 14, n. 34, p. 539-50, jul./set. 2010.

DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Paleografia para o período colonial*. CEDHAL, nº 11. São Paulo: Humanitas, 1986, p. 11-37.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. Tradução dirigida e coordenada por Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2004.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas*: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2. ed. São Paulo: UNESP; Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

GONÇALVES, Maria Filomena. As ideias ortográficas em Portugal e pronunciar com acerto a língua portuguesa - de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Lisboa: Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, MCES, 2003.

HEIDMANN CAMPOS, Angelita. *Edição de documentos mato-grossenses: características paleográficas*. Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em Estudos de Linguagem. Área de concentração: Práticas textuais e discursivas: múltiplas abordagens) – Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, 2012.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia Portuguesa no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 15, nº especial, 1999, p. 1-22.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971.

SAMARA, Eni de Mesquita. Fontes coloniais. In: _____. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. Estudos CEDHAL- Nova Série n 11. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, p. 39-85, 2005.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: Gil et al. *Modelos de análise linguística*.

São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-234.

_____. Para a história do português brasileiro: lote cuiabano. In: ____; COX, Maria Inês Pagliarini. (Orgs.) *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Catedral Publicações, 2005, p. 21-28.

SILVA, Maurício. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda*. 1. ed., 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2008.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.

VARELLA, Drauzio. As mulheres e o álcool. *Folha de São Paulo*, p. E14, 23 maio 2009. Caderno Ilustrado. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vivermente/noticias/mulheres_e_alcool>. Acesso em: 30-05-2011.